

O público e o privado

Caderno dos Núcleos e Grupos de
Pesquisa Vinculados ao Mestrado
Acadêmico em Políticas Públicas
e Sociedade da Universidade Es-
tadual do Ceará

REITOR

Prof. Dr. Jader Onofre de Moraes

VICE-REITOR

Prof. João Nogueira Mota

PRÓ-REITOR DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. José Ferreira Nunes

CENTRO DE HUMANIDADES (CH)

Prof^ª.Ms^ª. Lena Lucia Espíndola R.
Figueiredo

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS (CESA)

Prof^ª. Ms^ª. Maria da Conceição Pio

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR

Prof. Dr. João Tadeu de Andrade

CONSULTORES INTERNOS

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Prof. Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Prof. Ms. José Filomeno de Moraes
Prof^ª.Dr^ª. Maria do Socorro Ferreira Osterne
Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio
Prof^ª. Dr^ª Maria Barbosa Dias
Prof^ª. Dr^ª. Maria Celeste Magalhães Cordeiro
Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena de Paula Frota
Prof^ª. Dr^ª. Sofia Lerche Vieira
Prof. Dr. Ubiracy de Souza Braga
Prof^ª. Dr^ª. Liduina Farias Almeida da Costa
Prof^ª.Dr^ª. Maria Glauciria Mota Brasil
Prof^ª. Dr^ª. Elba Braga Ramalho
Prof^ª. Dr^ª. Francisca Rejane de Bezerra Andrade
Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Juca
Prof. Dr. Francisco Josênio C. Parente

CONSULTORES EXTERNOS

Prof. Dr. Manoel Domingos (UFC)
Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj (UFC)
Prof. Dr. Pedro Demo (UNB)
Prof. Dr. Ronald Chilcote (University California)
Prof. Dr. Mariano Fernandez Enguita
(Universidad de Salamanca)
Prof. Dr. Luiz Jorge Wernek Viana (IUPERJ)
Prof. Dr. Mauricio Domingues (IUPERJ)
Prof^ª. Dr^ª. Maria Alice Resende de Carvalho
(IUPERJ)
Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (IUPERJ)
Prof. Dr. Paulo Filipe Monteiro (Universidade
Nova Lisboa)
Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucilia Monteiro (Universidade
Nova Lisboa)
Prof^ª. Dr^ª. Maria Celi Scalon (IUPERJ)

PROJETO GRÁFICO

Clarice Frota

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Cristiê Gomes Moreira - Nupes

ISSN 1519-5481

O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral.
Conteúdo: ano 5, n.9, Janeiro/Junho, 2007

1.Humanidades e Ciências Sociais

CDD 320.000

Como é de conhecimento nas Ciências Sociais, a cultura constitui domínio das dinâmicas e práticas sociais como igualmente das ações – conflitivas por vezes - agenciadas pelo Estado. A este respeito há exemplos fecundos como as reflexões de Bourdieu acerca das trocas simbólicas e da reprodução cultural. Há estudos instigantes que iluminam a problemática das identidades nacionais a partir do ordenamento da cultura e de suas formas diversas, como nos trabalhos clássicos de Alfredo Bosi, Nelson Werneck Sodré e Renato Ortiz, dentre outros. Mais recentemente progridem, ainda, em um irrecusável movimento reflexivo de nosso tempo, abordagens que tratam das práticas culturais na modernidade tardia sob o advento da globalização, como as que realizam Stuart Hall e John Thompson na Inglaterra.

No presente número de *O Público e o privado* a cultura é objeto de interpretações e perspectivas de colegas especialistas. Os olhares aqui reunidos se voltam para ângulos diversos da interface cultura e Estado. Esta publicação é singular, pois apresenta reflexões que se inspiram em realidades do Brasil contemporâneo, como igualmente em experiências situadas na França, Argentina, Espanha e Portugal. A condição multicultural dos trabalhos organizados neste volume lhes confere especial riqueza, elevando inegavelmente sua densidade teórica e seu valor acadêmico.

Os artigos de Alexandre Barbalho e de Cláudia Leitão, ambos professores da UECE, exploram temas distintos. No primeiro caso, Alexandre Barbalho examina o campo do audiovisual cearense, suas relações com o Estado – particularmente com a Secretaria de Cultura -e sua crescente complexidade. Por sua vez, Cláudia Leitão criativamente desaloja o leitor desavisado com um questionamento que faz uso da metáfora e do pensamento complexo de Edgar Morin, a respeito das tramas da cultura e do desenvolvimento.

Uma outra reflexão brasileira vem de Antonio Albino, da Universidade Federal da Bahia. O autor nos oferece um inspirado e fecundo exame, de corte teórico-conceitual, a respeito das políticas públicas em cultura. Seu interesse se concentra em “construir uma rigorosa delimitação do território de pertença das políticas culturais”, o que, segundo Albino, preenche uma lacuna das discussões propriamente teóricas sobre o assunto.

Em outra vertente, Lia Calabre desenvolve uma análise dos Conselhos Federais de Cultura, em uma perspectiva historiográfica relevante. Seu exame destaca diversas legislações, períodos e experiências institucionais com a cultura, desenhando uma trajetória de ações, normas e órgãos que interagiram com o processo de reestruturação do Estado brasileiro desde os anos 30. Próxima a

Editorial

esta análise, e lhe servindo de contraparte elucidativa, temos o texto de Rubens Bayardo que trata das políticas federais de cultura na Argentina. Bayardo se dedica à discussão sobre a organização e financiamento das políticas culturais, em diversos níveis da gestão pública, como ainda procura identificar os principais desafios destas políticas em seu país.

Por outro lado, uma frutífera interlocução pode ser feita ao confrontarmos o artigo de Maria de Lourdes Santos, a respeito das políticas culturais urbanas, com o de Abdelhafid Hammouche, que trata das ações culturais em cidades de periferia na França. O texto de Maria de Lourdes põe em relevo a urbanidade como *locus* e agente dinâmico da vida cultural e cidadã, destacando, entre alguns aspectos, a tese de um desenvolvimento urbano em que projetos e eventos culturais ganhem centralidade e importância para a requalificação de áreas urbanas. Ora, esta articulação entre a cultura e a urbanidade é exemplificada no exame que Hammouche realiza em torno de experiências concretas, ocorridas com agentes sociais como jovens e trabalhadores franceses, em que a cultura assume sua “vocação social” através de mecanismos de coprodução entre diversos sujeitos coletivos.

Finalmente, temos Xan Fernández construindo um rico panorama de fundação de políticas culturais a partir de três casos referenciais na Espanha, França e Inglaterra, em períodos distintos. O autor se propõe a empreender uma arqueologia das condições em que determinadas políticas culturais ganham forma, em contextos de democracia cultural, e colaboram para a redefinição de identidades nacionais e de institucionalização da cultura.

Temos então um convidativo itinerário para o entendimento das políticas culturais através dos trabalhos aqui reunidos.

João Tadeu de Andrade
Editor

Apresentação

POLÍTICA CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Desde o período imediatamente posterior ao pós-guerra, a cultura vem recebendo atenção cada vez maior por parte do Estado o que resulta na elaboração de políticas para a área.

Por “política cultural” entende-se o planejamento de metas estratégicas para a intervenção na cultura, tendo como parâmetro o campo de possibilidades de ações a partir do qual se especifica objetivos e se coloca em ação determinada organização de poderes. A intervenção dos poderes públicos na cultura não se limita ao aspecto administrativo, mas envolve conflito de idéias e disputas institucionais nas relações de poder na produção e circulação de bens e significados simbólicos.

Como manifestação mais recente da atenção do Estado-Nação com a cultura é possível se referir à instituição pela Unesco da “Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997)”. Dentro desse contexto, a organização, juntamente com as Nações Unidas, cria em 1992 a “Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento”. No relatório final de trabalho, a Comissão propõe, a partir do diagnóstico elaborado, uma série de reformulações para que as políticas culturais dêem conta das transformações provocadas pela globalização e pelo papel central da mídia e da indústria cultural na configuração da subjetividade contemporânea.

No final da década de noventa, a UNESCO organiza, em Estocolmo, a “Conferência Mundial de Políticas Culturais”. No início do novo milênio, publica o “Informe Mundial sobre a Cultura. Diversidade cultural, conflito e pluralismo” e, em 2005, lança a “Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” que volta a afirmar o papel fundamental da cultura para o desenvolvimento sustentável dos países, bem como a necessidade da cooperação internacional na área. A partir de 2007, com a ratificação dos países membros, a “Convenção da Diversidade” entra em vigor.

Por sua vez, as políticas culturais vêm sendo objeto de inúmeras pesquisas e reflexões acadêmicas em uma perspectiva inter e transdisciplinar: história, sociologia, comunicação, ciência política, antropologia etc.

Tendo como referência a importância do diálogo interdisciplinar e da cooperação mundial no que se refere às políticas de cultura, uma vez que é bastante redutor operar, especialmente na produção simbólica, com as

Apresentação

dicotomias excludentes universal/regional, centro/periferia, global/local, este dossiê traz para o leitor discussões sobre realidades bem distintas, trazendo desde experiências no Ceará, quanto o debate sobre o papel das políticas culturais na Europa.

Nosso intuito, portanto, é enriquecer o campo de estudos culturais no Brasil, ampliando nosso olhar sobre o papel do Estado no campo da cultura.

Alexandre Barbalho
Organizador

Sumário

ALEXANDRE BARBALHO A Política para o Audiovisual no Ceará: continuidades e rupturas	9
CLÁUDIA SOUSA LEITÃO Por um pensamento complexo acerca de Cultura e Desenvolvimento.....	23
ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM Políticas Culturais entre o possível e o impossível	33
LIA CALABRE A ação federal na cultura: o caso dos conselhos	49
RUBENS BAYARDO Políticas Federales y Provinciales de Cultura en la Argentina: organización, financiamiento y desafíos	67
MARIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS Políticas Culturais Urbanas	83
ABDELHAFID HAMMOUCHE Légitimer l'action culturelle par la coproduction avec les publics : l'exemple d'actions culturelles dans les banlieues en France	93
XAN M. BOUZADA FERNÁNDEZ Financia acerca del origen y genesis de las politicas culturales occidentales: Arqueologías y derivas	111